



O sotaque no telejornalismo: padrão ou preconceito?¹

Amanda Pinto Franco²

Universidade de Pernambuco, BA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo provocar uma discussão sobre a existência do sotaque dentro do telejornalismo de televisão e os padrões impostos na língua por este tipo de veículo comunicativo. A televisão torna-se o objeto de estudo neste artigo, pela sua constante presença nos ambientes familiares de todo o Brasil. A extensão territorial do Brasil é um dos fatores que contribuem com a diversidade cultural e principalmente linguística encontrada no país e por isso há uma estranheza no comportamento de alguns veículos de mídia em priorizar um modo de fala e desprezar os outros. As contribuições teóricas para desenvolver este artigo são de Bagno (2007) que comenta sobre o preconceito linguístico existente na língua; Stuart Hall (2000) que problematiza a identidade cultural de uma sociedade; e Mendes (2006) que explica sobre a padronização da maneira de falar em televisão.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo, Sotaque, Preconceito Linguístico, Identidade

1- INTRODUÇÃO

O Brasil se apresenta como um país que possui uma diversidade na língua e por isso nele são faladas inúmeras variações na linguagem. Um fator que muito contribui para isso é sua extensão territorial de 8.547.403 km², o que o coloca no ranking do 5º maior país do mundo em extensão, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Canadá e Rússia, de acordo com dados do IBGE (2005). Dividido em 26 estados e mais um Distrito Federal, o Brasil é composto pela mistura principalmente na língua.

Cada região brasileira se identifica pelos seus falantes que constituem os costumes de um povo. Todos compõem o Brasil, um país multicultural, multiidentitário, multilíngue formado pela diversidade. Mas esta variedade em modos do falar brasileiro, característico principalmente de cada região não é bem aceita pelos próprios brasileiros. Os meios de comunicação, em especial a televisão desprezam, ainda, a identidade da fala do nordestino, por exemplo, enquanto destaca o sotaque do Sudeste.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, email: amandapintofranco@gmail.com



A padronização para o sotaque da região Sudeste está mais ligado para a questão social, com a influência para o foco da referência financeira que aquela região é, tanto para o Brasil quanto para o mundo. Esse é o ponto em que se encontra o preconceito social que se funde no preconceito dentro da língua, uma relação negativa por consequência, pois se tem a ideia de que um lugar desenvolvido economicamente apresenta pessoas e cultura superiores. Este artigo tem por objetivo discutir o uso do sotaque dentro do jornalismo e com isso conhecer o que a biografia tanto linguística quanto jornalística explica sobre esse fato.

2- VARIANTE REGIONAL X PADRÃO LINGUÍSTICO

O mundo dos signos nos cerca desde que nascemos e estamos em volta de inúmeras possibilidades de comunicação, que, por meio da imitação ou até mesmo da junção de significados é que começa a tornar-se real o ato comunicativo. Assim, com os variados sons de fala, mensagens, gestos é que se torna realidade a comunicação que existe na modernidade.

O estudo da sociolinguística começa a tomar impulso a partir da década de 60 com os estudos de *William Labov* que analisa o Inglês falado na ilha de *Marta's* no estado de *Massachusetts (E.U.A)*. Nessa perspectiva, analisa a fala de cada indivíduo, ou seja, como eles estão se comportando perante o uso da Língua ou variante. Para Meillet (1979) “Por ser a língua um fator social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”. (MEILLET *apud* CALVET, 1979, p. 16)

Os ditadores da língua portuguesa conseguiram, com terrorismo linguístico, difundir a ideia de que o brasileiro não sabe português. E, por isso, tornou-se comum acreditar-se que não se gosta do português por ser uma língua difícil. Sobre esta afirmação Bagno(2007) comenta:

Como o nosso ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem a língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. Por isso achamos que “português é uma língua difícil”: porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós. No dia em que nosso ensino de português se concentrar no *uso real*,



vivo e verdadeiro da língua português do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem. (BAGNO, 2007, p.35)

Apesar de vivermos em uma democracia, tem sido bastante complexo para nossa sociedade livrar-se do pensamento ditatorial da língua e compreender nossa identidade nacional como plural e desse pressuposto analisar o seu uso. O brasileiro anda arraigado no conceito de uma língua única e pura, e foge, no entanto, de sua própria cultura plural, de sua formação heterogênea, criando um contexto contraditório, além de preconceituoso, de sua realidade que é o de existir uma única forma do uso da língua que é a correta e que está pautada pelo uso da gramática normativa. O purismo linguístico de que trata Patriota (2009) é a escolha de um uso como o “melhor” em detrimento dos outros, que vai servir de modelo, e o que estiver fora desse padrão estabelecido é considerado feio, ou errado.

3- PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SOCIAL

Geralmente, quando uma determinada região é considerada “pobre”, conseqüentemente são considerados desta maneira toda sua cultura e seu povo. Baseando-se nisso, alguém ou um grupo acreditará que esta região é intelectualmente inferior. Seu modo de falar e seus costumes poderão passar a ser ridicularizados. Estas configurações tão distintas apresentadas na sociedade são consideradas como preconceito regional.

Diretamente ligado a esse preconceito, acontece o preconceito linguístico, que é o ato de menosprezar o modo de falar e os usos linguísticos variados, característicos de uma determinada região. É possível identificar a origem de uma pessoa, sua naturalidade, apenas em vê-la falando, pois cada um carrega sua região em suas marcas linguísticas, haja vista que se tem o sotaque como um dos principais, se não o principal, elementos de identidade cultural de um povo. Sobre a identificação de identidade, Hall (2000) esclarece que:

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas- idênticas- aos processo dos sujeitos que são nelas investidos. (HALL apud SILVA, 2000, p.112)



No Brasil, a região que mais sofre com esses tipos de preconceito é o Nordeste, por ser um lugar que tem um longo histórico de desigualdade social, notado pelo alto índice de analfabetismo, pobreza, e principalmente falta de investimentos por parte do governo, o que ocasionou a migração de muitas famílias principalmente para o Sudeste. Estas pessoas, fundamentais para a formatação da região Sudeste, foram e são explorados, diminuídos e enganados. O principal fator que contribui para esta formação do estereótipo sobre o Nordeste e os nordestinos é a própria mídia. Esta cria um retrato de que no nordeste as pessoas não desinformadas, miseráveis e não sabem se comunicar, determinando uma espécie de “ser inferior” como característica fundamental deste povo. Albuquerque Jr.(1999) acredita que

A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p.26)

A concepção de identidade por Albuquerque Jr. refere-se à formação de estereótipo, que acaba por se arraigar no discurso da sociedade. O estereótipo é uma das principais causas do preconceito social e, conseqüentemente, linguístico. O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.20)
O problema desse discurso é que em alguns casos não há reafirmação da realidade.

O linguísta e professor da Universidade de Brasília Marcos Bagno (2007), afirma que “este tipo de preconceito é visto diariamente em veículos de comunicação como televisões e rádios”. Esta afirmativa do autor pode ser relacionada a dois tipos de compreensão em se tratando de língua. Um destes entendimentos é de que estes meios comunicativos transmitem as normas expressas nas gramáticas, priorizando a linguagem culta. O outro entendimento é de que nestes veículos de comunicação, os falantes - jornalistas - padronizam seu próprio modo de falar, excluindo as marcas e variantes de linguagem, ou seja, perdendo sua identidade.

Bagno (2007) acredita que este preconceito tem que ser combatido, pois é uma das formas mais sutis e perversas de exclusão social. Muitas vezes, as declarações preconceituosas pelo modo de fala do outro podem ser encontradas em brincadeiras entre amigos, ou como tem acontecido ultimamente, na forma de afirmações e piadas



nas redes sociais que denigrem uma pessoa ou um grupo social pela sua origem regional. Estes acontecimentos acabam por sustentar a segregação social.

Por ser pouco discutido, esse tipo de discriminação linguística muitas vezes não é percebido pelas suas vítimas, que acabam por considerar a opressão como uma brincadeira, uma atitude socialmente aceita, não como atitude que traz uma alta carga de preconceito e exclusão. Não poderia ser diferente, visto que nem mesmo o artigo quinto da Constituição Federal, que versa sobre os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, traz na sua composição qualquer definição desse tipo de discriminação, contribuindo assim para definir um padrão linguístico único e prestigiado.

A exclusão dos trechos fonéticos dentro do jornalismo, por exemplo, pode ser compreendida pela vertente do preconceito linguístico defendido por Bagno (2007). Este preconceito pode ser relativo ao chamado “erro ortográfico”, às marcas regionais, expressões de pensamento e às pausas. Deve-se considerar que tudo isso também comunica. Bagno (2007) reitera que:

Como se vê, do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo (...). Nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão. (BAGNO, 2007, p 43-44)

Neste trecho, Bagno (2007) faz referência às novelas, o grande produto televisivo brasileiro que trata a variação linguística do nordeste com carga pejorativa. Assim como as novelas, nos telejornais o preconceito também é percebido e pode ser visto na exclusão das marcas de identidade do falante, ou seja, na modificação do sotaque natural da região para um sotaque mais aceitável de uma região economicamente desenvolvida. É justamente essa fusão entre o social e a língua um dos principais motivos para a padronização encontrada nos telejornais.

4- JORNALISMO DO SUDESTE: UMA PREFERÊNCIA?



Na sociedade humana há pluralidade de cultura, religião, raça e língua. Estes são alguns dos aspectos que formam a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade. São características em comum e determinantes para que um povo aja de maneira parecida. Esta pluralidade precisa ser aceita sem que haja inferiorização ou supervalorização de um dos aspectos.

Segundo Stuart Hall a formação da identidade pelos parâmetros sociológicos “é a interação entre ‘eu’ e a sociedade” (HALL, 2003, p.05) e este conceito, na maioria das vezes, não é compreendido pelos meios de comunicação. Na reportagem, “principal fonte de matérias exclusivas do telejornalismo” (DINES *apud* BARBEIRO e LIMA, 2005, p.69) a sociedade é colocada sob uma padronização e a população que não adota esta linha é fortemente marginalizada e excluída. Os modos da linguagem falada na maioria das vezes são colocados como erros e não vistos como variantes linguísticas. Então como tratar estas variáveis da língua nos meios de comunicação?

Em uma reportagem telejornalística, o repórter e muitas vezes a personagem são facilmente induzidos a falar da maneira que o telejornal padroniza: com um sotaque mais próximo ao do sudeste do Brasil. Estas restrições ao modo da fala feita pelo autor (repórter) seguem a estética “imposta” pelo meio, que é a televisão. A editoração sobre como um assunto deve ser falado, inclusive se tratando da pronúncia, é, segundo Marcuschi (2001) para eliminar “incompreensões” no ouvinte (MARCUSCHI, 2001, p. 56).

Estas chamadas incompreensões, segundo o autor, estão diretamente ligadas ao que deve ou não chamar atenção do telespectador: a notícia ou o sotaque. Por isso que, por exemplo, a Rede Globo criou, o que ela chama de Padrão Globo de Jornalismo, o que inclui uma padronização do sotaque, para que a maneira como um assunto esteja sendo dito não chame mais atenção do telespectador do que a notícia em si.

Observa-se que houve um projeto explícito de padronizar as pronúncias do Brasil em uma que seria a padrão: a do Rio de Janeiro, com as exceções citadas acima. Tal projeto pretendeu dar uma unidade ao falar do telejornalismo da TV Globo. Essa padronização do falar está dentro de um projeto maior, que é a implementação do padrão Globo de Telejornalismo. (MENDES, 2006, p. 21)

As emissoras de televisão ao estipular que o repórter se expresse apenas por um modo de fala, a partir do sotaque da população que vive no Rio de Janeiro, pode, segundo



Bakhtin(2010), “destruir o desígnio artístico ao reduzi-lo a um momento secundário e totalmente condicionado”(BAKHTIN, 2010, p. 181). Esta dependência colocada à fala é a relação da personagem com o jornalista, pois a partir do momento em que, na edição, excluem-se marcas linguísticas próprias do falante está, segundo Mikhail Bakhtin, destruindo e reduzindo este “desígnio artístico” que seriam as peculiaridades que expressam a identidade da personagem.

As adequações no sotaque durante uma entrevista podem ser identificadas no que Catherine Orecchioni (2006) chama de polidez, ou seja, “aspectos do discurso regidos por regras cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal” (ORECCHIONI, 2006, p.77). Nesta consideração podem ser notadas que as padronizações na linguagem incumbidas ao jornalista são vistas como positivas para a comunicação. Semelhante à linha de pensamento da autora mencionada, Araújo (1993) afirma que a eliminação de certas marcas fonéticas evita o colapso comunicativo. Porém ela ressalta que:

a competência da comunicação exige habilidade para o falante se relacionar efetivamente com outras pessoas no processo, cujo componente importante é a habilidade da expressão, do respeito e da consideração positiva por outra pessoa, vendo-a no seu contexto sócio-cultural.” (ARAÚJO,1993, p. 21)

Na relação entre o jornalista e o receptor das mensagens existe uma pseudo-consideração de respeito à identidade de um povo, pois a partir do momento em que, como cita Bakhtin, se destrói o desígnio artístico, ou seja, dá preferência a outro sotaque que não o da região de onde se está falando, há então um ato de desprezo a toda cultura e ao povo que ali mora.

Apesar de crescente o número de emissoras no interior do país, elas servem apenas como retransmissoras de sinal dos veículos de comunicação. Porém não é percebida a regionalização destes meios locais, que apenas repetem os moldes “sulistas” tidos como corretos. Com a reprodução do material do sudeste, a população acaba por acostumar-se com o dialeto usado nesta região e elimina qualquer característica linguística local, pois entende-se que não é adequado ao meio.

Mas a imprensa local não deveria aproximar-se da comunidade a qual está inserida?
Para Teixeira *apud* Cabral (2006)



uma emissora local possibilita ao grupo e região em que atua que se intercomunique e se auto-identifique”, pois, “fornece informações coerentes e adequadas às suas necessidades e interesses da comunidade. Estimula a formação de consciências críticas e revaloriza a cultura local. (TEIXEIRA, 1999, p. 29)

Valorização da cultura local, como coloca a autora sobre os veículos, é o registro recorrente dos valores linguísticos comuns à comunidade que está inserida. Esta definição de Teixeira é incoerente à realidade dos meios de comunicação televisivos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que um dos papéis da mídia é o de educar, é preciso que esta variação seja apreciada nos materiais audiovisuais para ensinar primeiro os valores encontrados em sua região para que então possa entender como se relacionam as pessoas de diferentes regiões. Isto remete que as marcas linguísticas devem ser demonstradas como parte da informação, seja como forma de regionalização da mídia ou como valorização da comunidade falante.

No telejornalismo atual já é possível encontrar, porém ainda em poucos casos, a aceitação dos usos de diferentes sotaques. Pelo menos é o que afirma a fonoaudióloga da Rede Globo Nordeste, Andréa Schvatz :

Por muito tempo o sotaque foi “proibido” nos telejornais, pois se tornava grotesco e tirava a atenção do ouvinte para a informação. Hoje se bem trabalhado e, não caricato, o sotaque é bem visto, como a linguagem coloquial que está sendo muito usada com a função de aproximar o ouvinte do jornalista. (SCHVATZ *apud* PINHEIRO, 2009)

O entendimento em relação ao uso do sotaque dentro do telejornalismo levanta muitos questionamentos sobre a necessidade de ter ou não essas variações regionais da fala envolvendo a notícia.

6- REFERÊNCIAS



ARAÚJO, Gilda Maria de Araújo. **A língua como humanizadora na interação interpessoal**. IN.: Investigações: Linguística e teoria literária, 3º Vol., Recife, Publicação anual do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1993

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49º Ed., São Paulo, Editora Loyola, 2007

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 5ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BARBEIRO, Heródoto & LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de telejornalismo: os segredos da notícia de TV**. 2ª Ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **A regionalização da mídia brasileira**. Unirevista, Vol. 1, nº 3, 2006

CALVET, Louis- Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo, parábola, 2002

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 8ª Ed., Rio de Janeiro, DP&A editora, 2003

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez, 2001.

MENDES, Conrado Moreira . **O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica**. Belo Horizonte, 2006 . Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-conrado-o-falar-do-jornal-nacional.pdf> , acessado dia 15/11/2012

ORECCHIONI, Catherine Kerbra. **Análise da conversação: princípios e métodos**, São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

O Tamanho do Brasil. Disponível em http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/curiosidades/curiosidade.php?id_curiosidade=36, acessado em 15/11/2012



PATRIOTA, Luciene Maria. A gíria comum na interação em sala de aula. São Paulo: Cortez, 1998. 85p.

PINHEIRO, Jéssica. Fonoaudióloga da Globo faz palestra para alunos de telejornalismo da AESO. Disponível em <http://www.barrosmelo.edu.br/blogs/jornalismo/?p=96>, acessado em 16/11/2012

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.